



RECURSOS INTANGÍVEIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIA DE INOVAÇÃO SOCIAL RECA

INTANGIBLE RESOURCES AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE AMAZON: RECA SOCIAL INNOVATION EXPERIENCE

Suzenir Aguiar da Silva^I 

Ronaldo Leão de Miranda^{II} 

Alexandre Corrêa dos Santos^{III} 

Luciano Castro de Carvalho^{IV} 

^I Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, RO, Brasil. Doutora em Administração. E-mail: suzi@unir.br

^{II} Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil. Doutorando em Ciências Contábeis e Administração. E-mail: ronaldo_leomiranda@hotmail.com

^{III} Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil. Doutorando em Ciências Contábeis e Administração. E-mail: acs@atuaris.com.br

^{IV} Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil. Doutor em Administração. E-mail: lccarvalho@furb.br

Resumo: O desenvolvimento econômico muitas vezes não considera a melhor gestão dos recursos naturais, um dos problemas atuais é a manutenção da sustentabilidade social das comunidades carentes que vivem no megabioma amazônico e ao mesmo tempo preservar a natureza, suas potencialidades e dimensões, de forma a garantir a sustentabilidade para gerações futuras. Diante da necessidade de manutenção dos recursos únicos e inimitáveis desta região e o manejo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente rentável, a recente Teoria da Visão Baseada em Recursos Naturais (NRBV) oferece subsídios para as organizações desenvolverem mecanismos de atuação sustentável com recursos que são considerados diferenciados e que podem proporcionar desempenho superior. Neste contexto, este artigo pretende analisar como os recursos intangíveis da experiência de inovação social RECA influencia o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, realizado por meio de entrevistas com participantes do projeto RECA da região norte amazônica. Os achados analisados por meio de análise de conteúdo apontam que o projeto RECA adota características de cooperativismo e solidariedade, o que a torna, além de uma associação, um modelo social de trabalho que pode ajudar a manter a biodiversidade Amazônica.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Visão Baseada em Recursos. Inovação Social. Amazônia.

Abstract: Economic development often does not consider the best management of natural resources, one of the current problems is the maintenance of the social sustainability of needy communities that live in the Amazonian megabioma and at the same time preserve nature, its potentialities and dimensions, in order to guarantee the sustainability for future generations. In view of the need to maintain the unique and inimitable resources of this region and the environmentally correct, socially fair and economically profitable management, the recent Theory of Vision Based on Natural Resources (NRBV) offers subsidies for organizations to develop mechanisms of sustainable action with resources that are considered differentiated



DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i32.308>

Submissão: 07-07-2020

Aceite: 17-08-2020



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

and that can provide superior performance. In this context, this article aims to analyze how the intangible resources of the RECA social innovation experience influence sustainable development in the Amazon. This is a qualitative, descriptive and exploratory case study, conducted through interviews with participants in the RECA project in the northern Amazon region. The findings analyzed through content analysis show that the RECA project adopts characteristics of cooperativism and solidarity, which makes it, in addition to being an association, a social model of work that can help maintain Amazonian biodiversity.

Keywords: Sustainability. Resource Based View. Social Innovation. Amazon.

Introdução

As temáticas sobre sustentabilidade e mudanças na região amazônica ensejam uma compreensão que ultrapassa a ideia da capacidade das gerações em satisfazer suas necessidades sem comprometer a capacidade de gerações futuras para atender às deles. Esta definição segundo Marshall e Brown (2003) não fornece guias de ação. Ao contrário disso, é necessário ir além e por meio do *triple botton line* (ELKINGTON, 2001) que discute os aspectos econômico, social e ambiental, utilizar a base teórica da RBV para explorar como a dimensão social deve ser melhor abordada (TATE; BALS, 2016), considerar questões antropológicas, epistemológicas e históricas. A princípio, diante da ambiguidade e multidimensionalidade do termo sustentável (HARLOW; GOLUB; ALLENBY, 2013), o estudo de Feil e Schreiber (2017) concluíram que “sustentável” relaciona-se às soluções à deterioração do sistema ambiental humano com auxílio da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a sustentabilidade mensura o nível da qualidade deste sistema com intuito de avaliar o seu grau de distância em relação ao sustentável, assim, o termo desenvolvimento sustentável atua com estratégias para aproximar o nível de sustentabilidade ao sistema ambiental humano sustentável. Neste sentido, Raynault, Zanoni e Lana (2018) explicam que o discurso conservacionista remete a uma estreita correspondência entre a ideia de sustentabilidade e a restauração do equilíbrio no funcionamento dos ecossistemas e nas relações entre a sociedade contemporânea e a natureza, porém, geralmente não empreende discussões mais profundas e democráticas entre os agentes sociais envolvidos e seus conflitos. Diante disso, a adaptação às condições externas é componente da história de qualquer sistema natural e, portanto, a noção de equilíbrio e das escolhas por mudanças que afetem o conceito de sustentabilidade deveria ser um conceito de equilíbrio dinâmico (RAYNAULT *et al.*, 2018), precisa considerar limites na capacidade dos recursos naturais de absorverem o impacto causado pelo ser humano, seus valores e interesses diferentes e até conflitantes (YOLLES; FINK, 2014).

No Brasil, a fim de minimizar conflitos, buscar equilíbrio e criar condições de sustentabilidade ambiental, foram criadas diversas reservas extrativistas na Amazônia (RESEX) para combater a exploração agrícola desenfreada, por fazendeiros, porém, segundo Freitas, Farias Filho, Homma, e Mathias (2018), tais organizações, criadas para a conservação ecossistêmica,

estão perdendo sua identidade de unidades de conservação de uso e sustentabilidade e, ao contrário disso, mostram-se insustentáveis, abandonadas e sujeitas à repressão e exclusão estatal. Além disso conflitos agrários, mesmo após mais de 20 anos da criação dessas reservas ainda são recorrentes (SOUSA; OLIVEIRA, 2017). Para corroborar, dados empíricos de Roboredo, Bergamasco, Ara, Gervázio e Domingues (2018) que investigaram a Microbacia Hidrográfica Mariana em Alta Floresta-MT, apontam que esta região encontra-se muito longe do ideal de sustentabilidade, mais precisamente classificada como não sustentável ou crítica.

Neste sentido, o desafio é transformar este ambiente que tornou-se desmatado e de baixa oferta de rendas em uma terceira natureza, que subsidie os habitantes por meio de atividades produtivas sustentáveis e geradoras de renda, tomando-se como postuladas relações pautadas na confiança e na democracia (FREITAS *et al.*, 2018). Contudo, sob outra perspectiva, Banerjee (2003) enfatiza que o princípio do desenvolvimento sustentável ligado à racionalidade econômica caminha em sentido oposto à lógica de grupos sociais que buscam preservar o valor utilitário da natureza. A respeito disso, o conceito eurocêntrico de desenvolvimento sustentável de Elkington (2001) baseado no *triple bottom line* crescimento econômico, meio ambiente e sociedade, pode não ter o mesmo significado para uma comunidade amazônica, pois subsiste em um contexto capitalista, que em certo nível busca ferramentas para consertar e trabalhar a partir de suas falhas (PAES; SILVA, 2016).

Portanto, segundo Toledo, Dalla-Nora, Vieira, Aguiar e Araújo (2017) o que pode ser observado é que a Amazônia nos últimos anos é afetada por uma corrente de transformação geopolítica mundial que tende a uma economia global integrada em forte detrimento aos avanços de proteção ambiental, em que a recuperação do desenvolvimento sustentável dependerá do fortalecimento da participação dos setores da sociedade civil organizada. Diante do posicionamento antagônico entre os interesses capitalistas, muitas vezes disfarçado de ideias de sustentabilidade, e o respeito e manutenção da cultura, necessidades econômicas e valores peculiares de comunidades amazônicas, a lacuna da pesquisa relaciona-se à análise e investigação de soluções sociais inovadoras que proporcionem a diminuição das desigualdades socioeconômicas históricas encontradas na região norte amazônica, mantendo-se o equilíbrio entre as necessidades econômicas e sociais e a preservação dos recursos naturais.

Buscar o equilíbrio entre esses interesses contribui para a resolução do grave problema histórico dos conflitos entre fazendeiros e pequenas comunidades amazônicas, facilita a evolução em direção à regularização jurídica de áreas ocupadas, evita o êxodo e concentração de pobreza em áreas urbanas e, além de tudo isso, busca-se o desenvolvimento de um ambiente de sustentabilidade para todos os agentes envolvidos. No entanto, atualmente a realidade indica que os arranjos produtivos de comunidades amazônicas em regiões com altos índices de desigualdade social apresentam estruturas produtivas com baixo nível de recursos tecnológicos, infraestrutura logística precária e baixo nível de capacitação humana, o que inviabiliza a permanência local. Esta população integra o chamado *Bottom of Pyramid* (BoP) (LONDON; HART, 2011), é representada a maioria da população humana (mais que 4 bilhões) com renda anual *per capita* de US 3.000 ou menos e vivem em áreas com restrições econômicas, ambientais e sociais (JONES-CHRISTENSEN; SIENSEM; BALASUBRAMANIAN, 2015; LONDON; HART, 2011).

Tal realidade direcionou os esforços neste trabalho para investigar possíveis casos de sucesso, que de acordo com a teoria RBV possam servir como modelo de sustentabilidade social e apresentar-se como alternativa viável para comunidades amazônicas. Nessa perspectiva, este estudo analisará a organização Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado - RECA, que trabalha com produtos florestais não-madeireiros (PFNMs) e localiza-se na Ponta do Abunã, ao norte do Brasil, na divisa entre o Estado de Rondônia e do Acre. Esta organização tem por objetivos segundo os gestores (G1, G2; 2012) fixar o homem no campo e criar as condições necessárias para cultivar a terra, produzir para o sustento, comercializar os produtos, capacitar os associados para gerir e administrar seus negócios nacionais e internacionais e buscar alternativas para preservar o meio ambiente.

A partir da organização objeto, este estudo busca responder a seguinte questão: como os recursos organizacionais mobilizadores intangíveis do projeto RECA contribuem para a sustentabilidade amazônica? Do ponto de vista social este estudo pretende apresentar subsídios para políticas públicas e privadas que busquem a melhoria da qualidade de vida das comunidades, evitar o êxodo rural e avançar rumo ao desenvolvimento inclusivo de uma região por meio de novas formas de gestão de negócios sociais baseado em processos de gestão integrada, lógica comunitária, geração de valor agregado e remuneração justa. O suporte a esta perspectiva segundo Tate e Bals (2016), é decorrente de capacidades sociais do empreendedorismo social baseado na RBV, utilizadas para superar restrições desafiadoras e garantir a partir da visão social o sucesso econômico, produzir impacto ambiental positivo e benefícios sociais que garantam à comunidade local uma posição melhor do que sem o empreendimento.

Neste contexto, segundo Tate e Bals (2016) a justificativa científica é ampliada pela capacidade social, no entanto, sem deixar de considerar os aspectos econômicos e ambiental necessário para as comunidades e que podem do ponto de vista prático proporcionar a diminuição das desigualdades socioeconômicas históricas encontradas na região norte amazônica. Portanto, este estudo acrescenta aos estudos da área de sustentabilidade no Brasil, em razão de analisar a capacidade social que desponta como um importante recurso da RBV, que investiga elementos para um modelo de negócios a partir da comunidade foco da pesquisa, com vistas a combater o problema socioeconômico dos pobres e obter sucesso e continuidade do negócio, independente da região geográfica em que possa estar localizado.

O trabalho prossegue com a revisão teórica que inicia-se pela seção que trata dos recursos naturais amazônicos e que busca apresentar o contexto da região e a inserção das comunidades, e na sequência aborda a BOP e populações de baixa renda, e em seguida adentra na seção que discute a inovação social orientada para a sustentabilidade com base na teoria RBV. Posteriormente é apresentada a estrutura metodológica, análise dos dados, e considerações finais.

O Homem, a Natureza e os Recursos Naturais Amazônicos

As relações entre produção e consumo ganharam destaque e atenção dos cientistas ao longo da história, no entanto, os esforços apenas reduziram os problemas socioambientais vistos hoje ao redor do mundo (ALMEIDA; BRANDÃO; PEDROSA, 2017). A conjuntura atual

evidencia uma crise ambiental e civilizatória, no qual fez emergir na sociedade a necessidade de se estabelecer limites, considerando-se a capacidade de absorção e resiliência dos ecossistemas. No entanto, esse conflito homem *versus* natureza apenas intensificou-se no século XXI, pois há muitos anos vem sendo feitas previsões dos possíveis impactos de uma crescente escassez de recursos. Mais precisamente desde a revolução industrial com a invenção da máquina a vapor, ocorreram mudanças na forma de trabalho do homem e na forma em que ele se apropria da natureza, a partir de um pressuposto falacioso de alguns pensadores que consideram os recursos naturais como infinitos, em consequência, o modelo de competitividade entre as organizações desenvolveu-se sem a preocupação com a possibilidade de escassez de recursos.

Nesta mesma linha de raciocínio, Pitanga (2015) enfatiza que a ânsia dominadora da humanidade, numa postura superior à natureza, fundada em seus métodos científicos “infalíveis” e modernos, substitui uma postura harmônica com a natureza e adota um sistema utilitário e inconsequente de exploração. Daí surge a chamada crise socioambiental, que segundo Pitanga (2015) configura-se a partir de uma lógica capitalista, em que a transformação da natureza é submissa às necessidades de acúmulo de capital. A partir disso, o desafio relaciona-se à busca de alternativas para a mercantilização generalizada que caracteriza o período neoliberal mais intenso desde a década de 1960 e reflete em problemas como a concentração fundiária, produção de transgênicos, escassez de água potável, desmatamento e envenenamento de rios e lençóis freáticos pelo uso de agrotóxicos (LEANDRO; GOMES; CASTRO; CASTRO, 2015).

Certamente não há uma resposta pronta para este problema, mas alguns estudos como o de Zupelari e Wick (2015), por meio de análise crítica conclui que a educação ambiental pode ser orientada para incitar as mudanças desejadas e necessárias a fim de reverter o quadro da crise socioambiental, principalmente, despertar nos indivíduos a urgência de se repensar a organização e a produção social. Felizmente, na natureza brasileira ainda existem elementos úteis ao homem para o seu desenvolvimento, sobrevivência e conforto, denominados recursos naturais, que remete à classe de bens que não são produzidos pelos seres humanos, apesar de alguns puderem ser reproduzidos, artificialmente, visando explorações intensivas.

Neste contexto, Rees (1985) afirma que para que algo seja classificado como recurso, ele deve atender a duas condições básicas: i) ser útil aos seres humanos e existir conhecimento técnico e ferramentas que permitam sua extração e utilização; ii) existir demanda para esse material como para os produtos produzidos a partir dele, ou seja, que tenha valor ou adquira valor no processo produtivo. Diante dessa concepção, a natureza pode ser compreendida como um “estoque” de bens ou uma fonte de suprimentos para as necessidades humanas e, à luz da literatura, os recursos naturais são passíveis de várias classificações que apresentam diferenças entre si, portanto, do ponto de vista científico biológico, há muito ainda que se descoberto, contudo, Romero (1997) classifica tais produtos da seguinte forma: i) quanto à estrutura do material: biológico, minerais, energéticos e ambientais e; ii) quanto ao critério de seu uso ótimo: recurso renovável (reprodutível), recurso não renovável (exaurível/esgotável ou não reprodutível), recurso não renovável com serviço reciclável e recurso ambiental.

Por sua vez, Rees (1985) apresenta uma classificação para renováveis, não renováveis e recicláveis, em que considera também os critérios de “recuperáveis”, sua classificação é mostrada no Quadro 1.

Quadro 1- Classificação dos Recursos Naturais Renováveis

TIPO		FLUXOS (RENOVÁVEIS)		ESTOQUES (NÃO RENOVÁVEIS)	
Característica	Exigem uma “zona crítica” para renovar-se	Sem “zona crítica”	Consumidos pelo uso	Tecnicamente recuperáveis (seu estoque é fixo).	Recicláveis (estoque afetado pela entropia e custo).
Classe	Pesca. Florestas. Animais. Solo agrícola. Água de aquíferos.	Energia solar. Marés. Vento. Ondas. Água em geral. Ar.	Petróleo. Gás. Carvão.	Puro e prata. Potassa. Não metálicos em geral.	Metálicos em geral.

Fonte: Adaptado de Rees (1985, p. 14).

A partir das classificações de Romero (1997) e Rees (1985) pode-se inferir que sob o aspecto dos componentes naturais ou materiais os recursos naturais são independentes, mas podem ter sua essência alterada conforme o nível de utilização pelo homem. Na Amazônia, sob o ponto de vista dos recursos naturais, percebe-se que, nas últimas décadas intensificou-se o ritmo de ocupação da região, cresceram em dimensão as fronteiras agrícolas, amplos projetos agropecuários foram realizados, é latente a exploração de minérios e a extração de madeira. Quando se discute a Amazônia, de forma importante o tema cobertura vegetal aparece como a principal preocupação de estudos mais recentes (BIZZO; FARIAS, 2017), no entanto, o patrimônio ambiental dessa região vai além da floresta e outros tipos de vegetação, e segundo Afonso (2017) deve abordar também questões legais, tributárias e de financeiras públicas, que são pouco discutidas em estudos nacionais e podem contribuir para a preservação amazônica.

Diante deste apontamento, o conceito “Amazônia legal Brasileira” foi instituído em 1953, por meio de dispositivo de lei, para fins de planejamento econômico da região Amazônica e esse espaço compreende os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Segundo estudo de Mello e Artaxo (2017), embora tenha corrido a diminuição da taxa de desmatamento da Amazônia entre os anos de 2005 a 2013 em decorrência do Plano de Combate e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, o maior desafio ainda a ser superado é alcançar os objetivos de promoção de atividades sustentáveis, que são impactadas negativamente por atividades econômicas realizadas em um paradigma que exclui a responsabilidade socioambiental.

Infelizmente as perspectivas em relação às políticas ambientais na Amazônia não são animadoras, com redução de recursos federais para destinados às políticas de comando e controle (CASTELO; ADAMI; ALMEIDA, 2018). Neste contexto, existe a necessidade da produção sustentável, e dentre as opções estão os Produtos Florestais Não Madeiráveis - PFNMs, no qual Shanley (2005) afirma que os PFNMs são recursos alternativos, biológicos provenientes

de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações e incluem plantas medicinais e de uso alimentício, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para fabricação de artesanato e a FAO (2006), conceitua PFNMs separando de serviços florestais, da seguinte forma:

Apesar do desmatamento, a floresta amazônica ainda é fonte de recursos naturais para muitas utilidades humanas, para autoconsumo, para aqueles recursos alocados via mercado ou ainda uso direto da família ou comunidade, portanto, a função social da floresta ainda é diversa e rica. Farnsworth (1989) destaca que milhões de pessoas em todo o mundo utilizam PFNMs para subsistência; cerca de 80% da população mundial, portanto, esses produtos são fundamentais para a sobrevivência de populações rurais tradicionais ou agroextrativistas. Para que ocorra a produção e extração sustentável desses produtos, é necessário uma visão de preservação baseada em recursos, pois se os recursos são importantes sob o ponto de vista empresarial, é preciso institucionalizar nas organizações uma visão mais abrangente, em que se reconheça em tempo que a natureza é a fonte do desenvolvimento econômico.

O suporte a essa mudança pode advir do conceito BoP, que representa um conciliador de interesses entre o desenvolvimento econômico realizado no modelo neoliberal capitalista, que mostrou-se incapaz de reduzir a pobreza e evitar as grandes catástrofes sociais ao redor do mundo; e outro modelo em que a questão social e econômica vivenciada por aqueles que vivem na base da pirâmide busca realizar o progresso concomitante à preservação socioambiental.

A Base da Pirâmide - BoP e a População Amazônica

A literatura de administração de negócios pouco se preocupou com a população de baixa renda, estudos relacionados a essa área têm focado em questões éticas e de responsabilidade social, principalmente corporativa, e sob a bandeira da bondade, enfatizam a importância das empresas contribuírem para o bem-estar de comunidades pobres e/ou por elas afetadas. Para Rocha e Silva (2008) essas questões assumem uma importância crescente na sociedade, em particular a brasileira. Para os autores, é uma questão que transcende os limites individuais, empresariais e nacionais e, hoje são assuntos globais, estando na pauta até mesmo dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ROCHA; SILVA, 2008).

Para Caplovitz (1963), nos anos 1960, o tema consumo dos pobres apareceu na literatura norte-americana sob dois enfoques. No primeiro, uma linha inaugurada por Caplovitz, que considerava os pobres como incapazes de cuidar de seus interesses enquanto consumidores e atribuía a estes um comportamento de compra irracional. No segundo, outro grupo de pesquisadores entendia o comportamento de compra como resposta a fatores específicos associados à pobreza e defendia a racionalidade das tomadas de decisões tomadas por consumidores pobres, no contexto de necessidades emocionais ou de limitações materiais (HILL; STEPHENS, 1997; WILLIAMS; WINDEBANK, 2001). Apesar das leves diferenças, ambas as perspectivas consideravam os consumidores pobres como excluídos da sociedade de consumo.

Mais recentemente, o interesse pelo comportamento do consumidor pobre, na literatura internacional aumentou, e nesse contexto, surge a mais difundida perspectiva teórica sobre a “Base da Pirâmide” no início da década de 2000, através dos estudos de Prahalad e Hammond (2002), que culminou com a publicação de um artigo na *Harvard Business Review* que buscava identificar o potencial de lucro entre os mais pobres Prahalad e Hart (2002) com um trabalho publicado sobre a riqueza na Base da Pirâmide. O termo “Base da Pirâmide” foi cunhado para designar uma forma de capitalismo inclusivo, que enfatiza o papel das empresas na condução desse propósito (PRAHALAD; HART, 2002; HART; LONDON, 2005; HART, 2011), ou seja, a ideia inicial foi criar oportunidade de consumo (BoP) ou vender para os pobres por meio de canais de distribuição.

Mais tarde, Prahalad (2010) faz um alerta para sinalizar que os mercados da base da pirâmide estão sendo usados como uma grande fonte de experimentação que pode culminar em um problema emergente, caso não haja uma atuação responsável nas transações com este mercado. Neste sentido, ao criar-se a capacidade de consumir devem ser observados os princípios da sustentabilidade e a consciência de que os estoques de recursos existentes no planeta são escassos e termináveis. Diante disso, na presente pesquisa o diferencial é dar um passo a mais em direção a busca de conciliação entre interesses capitalistas e as necessidades socioambientais, pois, ao invés de avançarmos na ideia da mudança do papel das organizações, ou ainda, sobre a inclusão comportamental e mercadológica dos pobres na BoP, a proposição é pensar a partir de uma postura proativa e independente com origem nos próprios integrantes da BoP.

Isto pode significar, por exemplo no caso da RECA Amazônica e outros projetos, a criação de valor econômico, social e ambiental, com a apropriação imediata e direta dos resultados, em parceria com seus *stakeholders*.

P1 - O projeto RECA apresenta desempenho socioeconômico superior de longo prazo em razão da produção de produtos apoiada na inovação sustentável, na tecnologia social e por meio de seu processo de organização e cooperação.

Para Da Silva, Orsiolli e Simon (2016), que analisaram o empreendedorismo sustentável na Amazônia, com vistas a auxiliar o desenvolvimento dessas populações e criar novas oportunidades de mercado para as organizações empresariais, a proposta com base na Base da Pirâmide (BoP) é salutar. Considerando-se a importância dos *stakeholders*, mais recentemente, foi proposta por Cañeque e Hart (2017) uma terceira geração das discussões da BoP. Entre as novas proposições, destacam-se a inovação aberta por meio da participação de outros agentes, além das multinacionais e desenvolvimento de redes de parceria intersetoriais (CAÑEQUE; HART, 2017). O Quadro 2 destaca as três fases da literatura da BoP, para melhor compreensão dos conceitos.

Quadro 2- As fases da literatura da BoP

FASES	FOCO	REFERENCIAS
BoP 1.0	Inclusão das pessoas em situação de pobreza como consumidores de produtos e serviços inovadores desenvolvidos pelas multinacionais para atender as necessidades dessas populações.	Prahalad e Hart (2002), Prahalad e Hammond (2002) e Prahalad (2005)
BoP 2.0	Desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para o atendimento das necessidades das populações em situação de pobreza a partir de um processo de co-criação entre multinacionais e populações envolvidas.	Simanis e Hart (2008) e Hart (2011)
BoP 3.0	Destaque para a inovação aberta desenvolvida a partir da participação de agentes provenientes de diversos setores da economia e para a capacidade da replicação da proposta de negócio.	Cañeque e Hart (2017)

Fonte: Adaptado de Cañeque e Hart (2017).

Esta nova visão, a partir de novas estruturas institucionais, evidencia a forma como empreendimentos sustentáveis se tornam um meio para gerar valor à população (SHEPHERD; PATZELT, 2011). A partir dessa perspectiva, Lobão, Lima e Staduto (2018) apontam que regiões com restrições como a Amazônia legal, que hoje corresponde à 12,32% do total dos habitantes do Brasil, podem encontrar soluções para suas dificuldades sociais e ecológicas Costa (2012), consequências do modelo econômico, incentivado por políticas de colonização do governo brasileiro a partir dos anos de 1970 (LOBÃO; LIMA; STADUTO, 2018).

Inovação Social Orientada para a Sustentabilidade Ambiental – NRBV

Não é mais admissível que no século XXI as organizações estejam alheias às questões socioambientais e ainda pensem esta temática como um modismo, sem reflexão e compromisso a partir de seu modelo de operações (CARVALHO; MONZONI, 2010), pois, a diminuição dos recursos naturais em alguns continentes mais industrializados já são uma barreira ao lema “lucro para os acionistas e para o grupo”. Os limites impostos pela natureza e pela forma de organização social deste século representam um problema global, pois se os potenciais mercados consumidores estão se exaurindo, a quem vai interessar o grande volume de produção mundial (MOORE *et al.*, 2012)? Se as grandes áreas florestais, responsáveis pelo equilíbrio da temperatura do planeta forem consumidas, que bem-estar humano restará as pessoas? Em razão disso, a ideia de sustentabilidade ganha corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento, fruto da percepção de uma crise ambiental global com origens mais recentes na década de 1950 impulsionado pelo risco ambiental global, expresso na poluição nuclear (NASCIMENTO, 2012).

Os reflexos são vistos a olho nu, a natureza frente o pressuposto dos recursos inesgotáveis vivenciado há tempo pelas organizações mostra sinais de desgaste, catástrofes ambientais vistas nos últimos anos, terremotos que atingiram diversos países, tsunamis, furacões, contaminações etc., portanto, isto sinaliza a urgência na preservação dos recursos naturais. Este cenário requer uma mudança de paradigma, que Tate e Bals (2016) consideram que passa pela dimensão das

capacidades sociais dos indivíduos e pelo respeito aos recursos verdes, no sentido de garantir o sucesso econômico, com impacto ambiental positivo e geração de benefícios sociais para as comunidades locais.

Para viabilizar esta mudança, Tate & Bals (2016) consideram que organizações devem funcionar como grandes fornecedoras de recursos com o objetivo de aumentar a riqueza coletiva. No entanto, no Brasil verifica-se que a distribuição de riqueza ainda se concentra de forma mais alta na proporção da distribuição ao governo, com baixa representação em relação ao Ativo Total e Patrimônio Líquido e baixo índice de transparência (MACOHON; PICCOLI; SILVA, 2017). Diante disso, nesta linha de estudos, a preocupação transcende aspectos não explorados na Visão Baseada em Recursos (RBV), e adentra nas capacidades para lidar com os aspectos ecológicos e sociais por meio do *triple botton line*, sem que as organizações deixem de buscar vantagem competitiva econômica, mas por meio da (NRBV) preocupem-se adicionalmente com o aspecto ambiental e social.

No contexto da *triple botton line*, a sustentabilidade parte da ideia de que mais do que gerar resultados econômicos, as empresas de modo geral devem gerar ações sociais e ambientais para com a sociedade (MIRANDA *et al.*, 2020). Partido deste conceito, Hallstedt, Thompson e Lindahl (2013) ressaltam que a sustentabilidade pode ser melhor compreendida através de três dimensões (econômica, social e ambiental). A dimensão econômica pode ser compreendida como a dimensão que trata da geração de riqueza para uma organização, que através de fluxo de caixa é possível garantir a liquidez para a estrutura organizacional (LEE; SAEN, 2012). Na perspectiva da dimensão social, a questão chave é a equidade social, à melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (CALLADO, 2010). Deste modo, através das ações sociais é possível que a organização atenda a questões ligadas a promoção de saúde, oportunidades democráticas e distribuição equitativa das riquezas aos seus colaboradores e à sociedade em geral (BARROS *et al.*, 2010). Por fim, a dimensão ambiental está relacionada à proteção ao meio ambiente para as gerações futuras e ao uso consciente dos recursos naturais, de modo que a degradação ambiental seja minimizada (HUETING, 2010).

Com base nesta perspectiva, é possível estudar comunidades amazônicas, em linha com estudos recentes que relatam diferentes aspectos de restrições, tais como as geográficas (SOUSA; OLIVEIRA, 2017), sociais (JACINTO, 2017; SILVA, 2016), econômicas (FERREIRA; BASTOS, 2016), ambientais (PAIVA; BAPTISTA, 2017; FERREIRA; COELHO, 2015), financeiras (PIRAUX; RAPIAU; TIMONE, 2017), além de ausência de intermediários, fraqueza dos sistemas regulatórios e ausência de mecanismos de execução de contratos (KHANNA; YAFEH, 2007). Além disso, a visão de sustentabilidade para a Amazônia (ARRUDA; SILVA; SANDER; PULIDO, 2018) precisa considerar os saberes tradicionais e as regras culturais, que representam uma identidade, uma herança cultural a ser valorizada por gestores, e isto deve garantir o direito de participação dos populares nos projetos de manejo e de conservação, a fim de facilitar a efetivação de estratégias de conservação. Isto porque os povos tradicionais se pautam por outro modelo de visão de mundo, no qual a natureza e a sociedade são integrados e emergem de maneira simbiótica (MÓRAN, 1990).

Contudo, a atualidade mostra, que a exploração de alguns RESEX após esgotados os recursos florestais madeiráveis, deixa por herança a baixa vantagem econômica para a população local (MENEZES; VELOSO; TRINDADE; BARBOSA, 2018). Além disso, (FERREIRA *et al.*, 2018) apontam muitas não-conformidades e obrigações legais não apuradas por auditorias em empresas extrativistas que não cumprem os princípios recomendados pelo *Forest Stewart Council* (FSC), organismo internacional que promove a sustentabilidade das atividades florestais em direção ao equilíbrio econômico e ambiental. Neste cenário descrito, a busca de uma solução viável para os conflitos socioambientais, sugere a união de forças entre as comunidades amazônicas, organizações privadas e principalmente o poder público, a quem cumpri zelar pelo bem coletivo, na busca do equilíbrio necessário entre o fomento econômico e o bem-estar geral daqueles que da floresta construíram seu sentido de vida.

Dada estas condições, surge como um meio alternativo, os empreendimentos sustentáveis, como o projeto RECA Amazônia, localizado na região amazônica, que é reconhecido pelos associados e por pessoas residentes da região como uma oportunidade de apoio ao crescimento e desenvolvimento local sustentável. A região na qual fica localizado essa experiência, é a cidade de Nova Califórnia, um distrito de Porto Velho, com aproximadamente duas mil pessoas, onde 360 são associadas ao RECA. Portanto, diante destes breves conceitos, parte-se para os aspectos metodológicos, no qual serão abordados o delineamento da pesquisa, constructo e os sujeitos da pesquisa bem como a descrição dos instrumentos utilizados nesta pesquisa.

Aspectos Metodológicos

Do ponto de vista epistemológico, este estudo adota um delineamento interpretacionista, que segundo (BURREL; MORGAN, 1979) analisa as organizações como uma realidade socialmente compartilhada e construída sob características simbólicas, em que a experiência subjetiva dos indivíduos contribui para a observância de diferentes realidades. Neste contexto, este estudo posiciona-se numa perspectiva ideográfica, à medida que busca compreender quais os recursos sociais diferenciais, do Projeto RECA sob o ponto de vista subjetivo do sujeito investigado. Em relação à abordagem do problema a pesquisa é caracterizada como um estudo de caso qualitativo exploratório, que segundo Yin (2005, p.19), em geral “representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Nesta base, (KIRSCHBAUM, 2013) explica que a abordagem *quali* deve, quando possível, anteceder o método *quant*, pois ajuda a explicar os mecanismos causais que vão influenciar na coleta de dados e na escolha de eventual método estatístico. Portanto, investigar as categorias de análise experiência, relacionamentos, capacidades humanas e competências remete a um contexto subjetivo de valor, que por certo admite inferências teóricas para melhor compreensão dos fenômenos a serem explorados. Os critérios clássicos da confiabilidade, validade e objetividade presente na pesquisa qualitativa, são aqui alinhados a uma concepção de confiabilidade que remete a uma linha procedimental, portanto, parte da declaração dos

entrevistados e busca-se não influenciar de forma consciente ou inconsciente na realidade observada, mas apenas compreender o fenômeno estudado (FLICK, 2009).

A escolha da organização ocorreu por pertinência em relação à problemática envolvida, desta forma, após pesquisas em organizações que subsistem de PFNMs, dentre as organizações mais relevantes optou-se pela RECA, maior fomentadora desses produtos no Estado de Rondônia, além de possuir metodologia produtiva reconhecida entre órgãos como Emater e Embrapa. Em vista a traçar um caminho para viabilizar a pesquisa, adotou-se a análise de conteúdo, cujo pressuposto básico apoia-se nos comentários, impressões e símbolos captados a partir da entrevista junto à amostra de pesquisa. Para viabilizar a pesquisa foram utilizados documentos da organização, tais como: i) estatuto e histórico institucional, ii) registros de arquivo relativo à produção e o modo de organização do grupo; iii) entrevistas semiestruturadas; e iv) observação direta.

A análise dos dados foi realizada com a técnica de análise de conteúdo, a partir dos documentos, questionários e observações realizadas nas visitas *in loco* ao projeto RECA na Amazônia. O quadro 3 apresenta o constructo deste estudo, subdividido em objetivos, categorias e subcategorias de análise e as principais fontes adotadas que dão suporte para a construção das inferências teóricas levantadas.

Quadro 3- Constructo da pesquisa

DIVISÃO DE RECURSOS	DIMENSÃO SUSTENTÁVEL	CATEGORIA DE ANÁLISE	SUB-CATEGORIAS	FONTE
Recursos Organizacionais Mobilizadores	Social	Recursos Intangíveis	- Experiência. - Relacionamentos. - Capacidades humanas. - Competências.	Sato (2013)

Fonte: Sato (2013)

Os sujeitos que foram entrevistados na pesquisa são produtores de Castanha, Cupuaçu e Açaí do projeto RECA em número de 57 respondentes, além destes, representantes da área técnica, diretoria, da área comercial e associados, que no total representam 75 entrevistados. As siglas que representam as entrevistas são as seguintes: Produtores diversos (P), Líderes coordenadores (L), Fundadores (F), Técnicos (T) e Gestores (G). A análise dos dados seguiu a metodologia de (Yin, 2005) que recomenda a adoção de algumas etapas para melhor validação do estudo. Essas etapas compreendem: (I) definição da estratégia geral e das técnicas de análise; (II) construção de um modelo lógico para análise; (III) interpretação e correlação das evidências junto às proposições teóricas; (IV) correlação dos achados frente às interpretações concorrentes; e (V) verificação de padrões frente a outros trabalhos.

Para cada categoria analisada, será escrita primeiramente uma breve síntese que represente a opinião geral dos respondentes e, em seguida, serão transcritas *ipsi literis* as respostas de três pesquisados, de forma a manter-se no limite razoável de tamanho para o trabalho.

Recursos Organizacionais Mobilizadores e sua Dimensão Social

Embora explore-se mais especificamente a dimensão social de sustentabilidade neste trabalho, o objetivo não é separá-la do *triple botton line*, representado pelos três Ps (*people, planet and profit*), mas considera-la em um conjunto de desenvolvimento inclusivo com divisão das riquezas, principalmente a econômica, seja por meio de empregos criados, mais serviços e à preservação ambiental (MUNCK; MUSSETTI MUNCK; SOUZA, 2011). A partir da visão de Cheng, Fet e Holmen (2010), situa-se esta análise em um escopo de sustentabilidade organizacional orientado pelas perspectivas micro e macro. Sob a perspectiva micro busca-se observar a plataforma de aprendizagem na organização RECA e o desenvolvimento de sua visão social, por sua vez, a visão macro objetiva mobilizar o setor empresarial para contribuir com o desenvolvimento sustentável. Os recursos organizacionais mobilizadores são representados por uma mudança de perspectiva que transcende a visão física de recursos e passa a considerar as habilidades e conhecimentos, portanto, passa a considerar os recursos intangíveis (COSTA, 2009; PENROSE, 1959; 2006).

Sato (2013) enfatiza que podem ser classificados como atributos humanos (BARNEY; HERSTERLY, 2007; HARRISON, 2005); reputação (GRANT, 1991); conhecimento (HALL, 1992; HARRISON, 2005). Diante disso, a união entre os recursos intangíveis e a dimensão social ocorre quando os agentes, quer sejam eles organizações privadas, públicas ou pessoas físicas, adotem como lema central as questões sociais amplas e ambientais, de modo que sejam preservados os recursos naturais e as populações que dele dependem. No projeto RECA foram analisados alguns elementos que compõem a dimensão social de sustentabilidade e são representadas pela igualdade de gênero, envolvimento da família, troca de experiências, equitabilidade, parcerias em projetos institucionais e parceiros externos, sistema de produção coletivo articulado - organização - produtor e mecanismos de incentivo a participação do produtor (SATO; PEDROZO, 2017).

Em ordem a facilitar a compreensão, a análise seguirá a ordem dos elementos apresentados no parágrafo anterior, desta forma, primeiramente são feitas considerações acerca de gênero, categoria para a qual não foi encontrado nenhuma situação que remeta à segregação entre gêneros masculino e feminino ou outros que coexistam, e diferente disso, o próprio Estatuto da organização RECA, em seu artigo 19, alínea “m” determina a participação de ao menos uma mulher. Portanto, é comum observa-se a participação das mulheres nas reuniões rotineiras dos grupos e nas atividades do dia-a-dia, porém, o marido é que geralmente é o representante da família e o associado. Quando questionados se existe alguma preocupação com o gênero na composição da diretoria ou na execução de determinadas tarefas no âmbito da organização RECA (Exemplo: mulheres não podem ocupar determinadas funções), os produtores assim responderam (SATO, 2013):

“Não, porque tem certas coisas que as mulheres entendem mais que os homens, sua participação tem sido muito boa, demonstram muito interesse e são prestativas em tudo” (A38 e A36, 2012).

“A preocupação é sempre ter mulheres envolvidas, não só na diretoria como em todas as ações da organização RECA” (P56, 2012).

No que diz respeito ao envolvimento da família no início da comunidade a preocupação era evitar o comodismo das mulheres em participar das decisões do RECA, o que pode ser confirmado no discurso abaixo (SATO, 2013):

“Sim. Nós incentivamos a participação de todos (produtor, produtora, filhos); houve uma época em que observamos que as mulheres deixavam muito para os homens. Então decidimos colocar em documento que a participação da mulher é importante. E eu acho fundamental; olha aqui na administração, praticamente todos são mulheres. São competentes e não há nenhum cargo que elas não possam participar/atuam e se os filhos não comparecem a participar desde cedo, não vão valorizar isso aqui” (G2, 2012).

O que percebe-se segundo (Sato, 2013) é que há uma preocupação com a permanência dos filhos, sobretudo, pela experiência daqueles que saem para estudar e não voltam para a produção ou mesmo para a cidade, fato que motivou o incentivo para o estudo em escolas agrícolas, sob o subsídio do projeto RECA. O envolvimento é importante segundo a visão de L15 (2012) e do sócio fundador F1 (2012), respectivamente, ao mencionarem “é repassado nos grupos para que os jovens participem nas reuniões e no RECA, tenta envolver os filhos”; “Nos grupos participa toda a família, todos se envolvem, família trabalha junto, investimento em escolas, aí os filhos se formam e voltam (F1, 2012). Observou-se também nas visitas *in loco* como ocorriam as trocas de experiências entre os participantes do projeto e uma das características marcantes desse processo é satisfação em dividir os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Ao serem questionados sobre a experiência de compartilhar e sobre a preocupação e compartilhar, obteve-se as seguintes respostas (SATO, 2013):

“Sim. Fazemos questão de dividir aquilo que dá certo aqui. Recebemos pessoas para pesquisa, intercâmbios, dia de campo, fazemos palestras quando somos chamados” (G2, 2012).

“Sim. mas acontece de forma natural. Se o produtor sabe algo, ele ensina os demais. Por exemplo: a Embrapa com um produtor (aqui do RECA) está experimentando homeopatia e o produtor está difundindo mostrando os resultados no dia de campo que eles marcam; também se faz intercâmbios e visitas” (T2, 2012).

Em geral, não se encontrou opinião contrária ao compartilhamento de experiências, pois outros agentes como líderes, fundadores, coordenadores e produtores diversos, também enfatizaram a importância de compartilhar, tal como pode ser visto “Sim. aqui no RECA não existe egoísmo, um ajuda o outro, repassando as experiências do que deu certo (L15, 2012)”. “Sim. Divulgamos nosso trabalho em outros grupos e associações (F2, 2012)”; “Sim. Além de reuniões, através de visitas de grupos de produtores que procuram o RECA para conhecer seus métodos e experiência de trabalho (BV6, 2012)”. O fator justiça social também é um dos norteadores das ações no RECA, visto que em sua missão a menção “contribuindo para uma sociedade mais humana e justa” é traduzido em práticas que visam o bem familiar, a melhoria da qualidade de vida e a inserção social da comunidade RECA (G2, 2012). Neste sentido, (Sato, 2013) afirma que as ações da comunidade prezam pelo bem comum e quando se questionou se existe alguma preocupação com a equidade entre os gestores, os gestores afirmaram “Sim. Inclusive com qualidade de vida, educação, construção de casas, projetos que beneficie necessidades específicas em cada grupo (G1; G3, 2012)”.

Tal discurso é comprovado nas triangulações realizadas junto a outros produtores, que de forma consensual relatam as dificuldades financeiras antes da comunidade RECA, “não tinha dinheiro nem para comprar um sanduíche quando das idas a Rio Branco na tentativa de encontrar um financiador para a ideia do projeto RECA (João Pereira, 2012; RECA, 2003)

Recursos intangíveis

Os recursos intangíveis dentro do conceito de NRBV tornaram-se relevantes e na atualidade são considerados, junto com os ativos tangíveis, uma importante fonte de geração de valor para as organizações (KAYO; KIMURA; BASSO; KRAUTER, 2008) e de sustentabilidade ambiental (TATE; BALS 2016). Uma significativa parcela deste direcionador de valor está ligada ao advento da nova economia, que é baseada no conhecimento e remete a novas formas de obtenção de resultados, em que os intangíveis ocupam papel de destaque (CIPRIAN; VALENTIN; MÁDÁLINA; LUCIA, 2012). Neste estudo, considera-se que os intangíveis são recursos relacionais mobilizadores, ligados à dimensão social e, representam um fator estratégico com capacidade de gerar competitividade e atender as exigências ecológicas.

Quando questionados sobre inovações adotadas na gestão da organização nos últimos 5 anos que estejam relacionados à aspectos intangíveis, verificou-se aprimoração e utilização de softwares de controle contábil, fiscal e de estoques (G1, G2, 2012; T1, 2012), bem como o acompanhamento de empresa de assessoria contábil e fiscal, de forma diária (intranet) e ao menos uma vez na semana há uma visita *in loco* para verificação dos registros e controles contábeis. De forma geral, observou-se que a maioria das inovações são relacionadas diretamente ao modelo de gestão participativo e integrado, com características essencialmente cooperativa, em que o sistema formal de comunicação mediante entrevista com todos os agentes, mostra que uma média 82,86% das decisões são tomadas em reuniões ou assembleias.

Outro aspecto que configura um diferencial no sistema RECA é sua reputação, principalmente por sua referência na utilização do sistema produtivo SAFs, configurado em seu sistema de organização solidário, com vistas à sustentabilidade e respeito à biodiversidade da Amazônia. Além disso, a marca RECA já ocupa um lugar de destaque no cenário internacional em razão dos PFNMs certificados que lhe renderam diversos prêmios a nível nacional e na América Latina e Caribe. Em resumo, Sato (2013) aponta que o modo de “viver” do RECA é um importante diferencial intangível da organização, que se institucionalizou na visão dos associados:

“O RECA é uma forma de conhecimento, que aproveitaram o que a floresta tem para oferecer; conseguiram ver que maior lucro seria a floresta em pé. O RECA começou produzindo desde o início para grandes empresas, só agora está se pensando em estratégias para atingir locais menores – consumidor final” (T2, 2012).

“Eu sempre pensei no RECA como floresta de alimentos, um novo jeito de caminhar, de fazer as coisas. Falta conseguir chegar no produtor, fazer produzir mais diferentes espécies nas propriedades. O que é diferente no RECA é a união, a clareza e o jeito de acreditar no que realmente quer fazer” (T1, 2012).

O pensamento de unidade na organização favorece a coordenação e o controle dos sistemas. A organização é representada por um modelo formal democrático que parece estar claro na mentalidade dos pesquisados, ele é dividido em 11 grupos com um líder e um coordenador para cada grupo. Em cada um dos grupos o líder organiza reuniões, os trabalhos e mutirões. Ademais, dentro de cada composição, há equipes de educação, comercialização e apoio, conselho fiscal e grupo de execução. Em cada ano são formalizadas duas assembleias, que deliberam sobre a prestação de contas e aprovações de demonstrações contábeis. Embora a RECA conte com fatores tecnológicos tangíveis, maquinários e sistema de produção orgânico, o fator intangível de destaque centra-se em sua forma de organização e cooperação mútua, que tem resultado em produtos e modelo de gestão capaz de manter as biodiversidades e contribuir com a sustentabilidade Amazônica

Experiências e Relacionamentos

Quando se aborda experiências e relacionamentos, Hart (2011) afirma que por meio de experiências e lições cruciais, muita coisa é aprendida. Portanto, na organização RECA foi possível captar por meio das entrevistas, diversos fatores que apontam características e experiências que remetem à justiça social e econômica:

“Vemos a justiça social através da compreensão que nós sócios temos, em produzir mais, sem prejudicar o outro” (A16, 2012).

“Todos têm os mesmos direitos, independentemente de sua produção, tanto socialmente quanto economicamente” (A13, 2012).

“Nós somos bem tratados, com direitos iguais, em vista de outros lugares onde os pequenos agricultores são conhecidos como roceiros, e na associação não, aqui somos todos iguais, independentemente de quem produz mais ou menos” (A17, 2012).

Neste sentido, há no projeto RECA uma preocupação em com o compartilhamento das experiências, de forma, a possibilitar a capacitação e continuidade, fato que pode ser observado em alguns discursos:

“É necessário dar apoio aos iniciantes para implantação das áreas. Como sócios todos tem direito de discutir sobre os problemas/assuntos do RECA e de se tornar um representante de grupo” (A7, 2012).

Diante disso, Sato (2013) afirma que se legitima a ideia de igualdade e justiça social, pois, no caso do RECA os produtores têm satisfação em compartilhar as experiências vividas por meio do dia de campo, organizado em cada grupo, ou nos mutirões, portanto, não existe egoísmo ou retenção de conhecimento por algum motivo ou estratégia. A estrutura geral do Reça remete a um sistema de produção de interdependência entre a organização e o produtor, em que este produz de acordo com a demanda institucional e a organização desempenha um papel de facilitadora no alcance dos objetivos dos produtores, tais como sua expectativa de retorno econômico financeiro, com menores custos e justiça distributiva. O RECA também conta com parcerias estratégicas na esfera governamental e privada. Sua origem decorre de uma parceria com uma organização privada.

No decorrer de suas atividades, ao longo dos seus quase 25 anos de existência, outras parcerias surgiram, tanto com centros de pesquisas quanto com órgãos governamentais. Tais parcerias para a organização RECA e seus associados representa um diferencial positivo em relação a outras organizações existentes no Estado de Rondônia e região. O acesso a organizações, tanto fornecedoras de matérias-primas quanto de apoio técnico, representa uma vantagem competitiva (BARNEY, 1991; BARNEY; HESTERLY, 2007). No que diz respeito ao apoio técnico, pode ser considerado um recurso mobilizador (CONSTANTIN; LUSCH, 1994; VARGO; LUSCH, 2004) que no caso do Reca, é um dos principais mecanismos na disseminação do conhecimento e na geração de outras capacidades tais como a social e a econômica. Nesse contexto, procurou-se saber, como são repassadas a filosofia de produção, a preocupação e manutenção da cultura do Reca. Segundo Sato (2012), os técnicos apresentaram opiniões harmoniosas:

“Temos o livro “Nosso jeito de caminhar” é uma forma de repassar a filosofia ou cultura com depoimentos de produtores, fazemos palestras nas escolas e nas EFA’s, onde estuda os filhos de produtores, que também de alguma forma repassa um pouco da cultura Reca, e incentivamos o envolvimento dos filhos dos produtores nas reuniões” (T1 e T2, 2012).

Juntos aos gestores da organização também se encontrou a mesma percepção em relação à forma de manter a cultura e filosofia de produção, tendo um dos membros pesquisados se manifestado da seguinte forma:

“Troca de experiências, intercâmbios, dia de campo, reuniões, palestras, pesquisadores que recebemos e publicam algum material, etc. Dessa forma entendemos que estamos passando adiante” (G1 e G2, 2012).

Neste sentido o Quadro 4, mostra as opiniões de todos os entrevistados segundo a filosofia do Reca na percepção de cada envolvido.

Quadro 4- Filosofia do Reca

GRUPOS PESQUISADOS	RESUMO DAS ENTREVISTAS	QUANTIDADE
Líderes/ Coordenadores (22)	É repassado nos grupos para que incentive os jovens a participar, nas reuniões de coordenação e assembleia e também envolver os filhos nas decisões produtivas;	16
	Em forma de visitas, estágios, pesquisas, etc.	04
	A maior preocupação do Reca são as pragas que afetam a produção	02
Fundadores (11)	Nos grupos participa toda a família, todos se envolvem, família trabalha junto, investimento em escolas, assim os filhos se formam e voltam.	04
	É repassado em visitas e intercâmbios entre grupos de visitantes.	03
	Reuniões mensais e assembleias.	04
Produtores Diversos (29)	Reuniões de grupos, grupos de visitantes e intercâmbios;	04
	A preocupação do RECA é repassada através de cursos, palestras, reuniões e assembleias.	22
	A maior preocupação do Reca são as pragas; tem que achar um jeito de combater, produzir sem agrotóxico e repassar isso.	03

Fonte: Sato (2013, p. 226).

Diante destes resultados, constata-se novas descobertas que a remetem a um modelo de gestão, passível de ser replicado, e que contribui para a resolução do problema do pobre (Sem, 2000). Neste contexto, para que haja o desenvolvimento de um local, não basta diversificar as atividades econômicas, mas é preciso existir o envolvimento das forças sociais da região em todas as fases do processo, a partir dos interesses dos produtores locais da base da pirâmide - BoP. O empreendimento social enquanto projeto de desenvolvimento sustentável deve contemplar mudanças paradigmáticas do entendimento de sustentabilidade e responsabilidade social, em que o Estado deve assegurar os direitos da parcela da sociedade civil envolvida (BOSE, 2012).

Capacidades Humanas e Competências

Para atender esta demanda de capacitação humana e desenvolvimento de competências, no projeto Reça foram realizadas diferentes ações, como ensinar a plantar e gerir a propriedade, cursos de capacitação para as mulheres aprenderem a fazer doces, licores, salgados, além de cursos voltados para atividades administrativas (F1, 2012). Os conhecimentos adquiridos desse processo de aprendizagem podem ser considerados capacidades intangíveis, portanto, somado à ideia de sustentabilidade ambiental prevista na NRBV, podem estimular competências individuais que contribuirão para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, essas capacitações vem ao encontro de algumas carências observadas na organização, e desta forma, podem contribuir para diminuir o nível de dependência externa, em especial em questões ligadas à gestão, como pode ser observado na fala de (A7, 2012) “Tem necessidade de pessoas formadas em áreas técnicas (administração, contabilidade), para auxiliar a diretoria nos trabalhos burocráticos”.

Deste modo, as competências e habilidades do Reça estão intimamente ligados aos seus recursos intangíveis, considerados de significativa importância, ao passo que sua vantagem competitiva é proveniente de sua visão baseada nos valores sociais e organizacionais, como a cultura organizacional, competências essenciais humanas e conhecimento tácito (IDRIS, et al., 2003). Neste contexto, é possível constatar que no projeto Reça o conhecimento tácito é um diferencial de sustentabilidade social e econômica, onde se observam cadeias de valor fundamentadas na cooperação e interação social (CASTELLS, 1999). O mais importante disso é que existe um certo nível de institucionalização das práticas e valores, que são traduzidos em ações individuais concretas que objetivam o bem coletivo, e quando questionados sobre a filosofia RECA, os produtores em sua totalidade concordam:

“Trabalhamos de forma para que não prejudique o meio ambiente usando o SAF, de modo que agregue valores e renda sustentáveis. Passamos a ter uma vida melhor, e sempre respeitando a natureza” (A9, 2012; A17, 2012).

“Devemos produzir mais e com melhor qualidade, e sempre lembrando de não destruir o meio ambiente, sempre cultivando de forma sustentável” (A16, 2012).

Assim, em uma lógica sustentável competitiva e considerando-se os recursos como sendo renováveis, os recursos internos sustentáveis (naturais + RBV) podem ser analisados como sendo estratégicos, com potencial competitivo e ecologicamente corretos. Nesse contexto, que envolve

recursos, preocupações com a sustentabilidade e necessidade de inovações adaptáveis a realidade local, a Base da Pirâmide (BoP) traz alternativas de negócios direcionados a demanda existente e se adapta tanto aos mercados mais pobres (PRAHALAD, 2010) quanto às grandes organizações (HART, 2011). Nesta perspectiva, a BoP, precedida principalmente por Hart (2006) defende que é possível aliar o conhecimento e as inovações em tecnologia limpa com modelos de negócios para a base da pirâmide. Hart (2008) sugere em uma segunda geração de estratégias (BoP 2.0), um modelo de co-criação com a Base da Pirâmide, no qual as empresas desenvolvam competências nativas, em parcerias com comunidades. Este modelo tem como premissa básica que não há ninguém melhor que a comunidade para conhecer suas necessidades e descobrir as formas de atendê-las, por meio de parcerias com as empresas para descobrir e desenvolver novos produtos e serviços, ou seja, a inovação surja da própria base.

Sato (2013) afirma que, para se obter sucesso junto ao mercado da BoP é necessário desafiar a sabedoria convencional e romper paradigmas, ou seja, no caso investigado neste estudo, o conhecimento especializado deu lugar ao polivalente, em que os agentes devem estar predispostos a ensinar e à aprender. Dessa forma, já que plantar é baseado nas capacidades (conhecimento) de cada produtor, tem-se.

“Que basta querer, se não sabe tem como aprender, não depende de capacidade prévia. Se quer plantar e não sabe, o produtor tem como ser capacitado, no dia de campo ou com apoio dos nossos técnicos, etc., ou seja, só deve estar disposto a aprender e/ou a ensinar” (G2, 2012).

É preciso ir além da proposta de Prahalad (2005; 2010), Yunus (2010) e Hart (2008; 2011), e incentivar a produção com e a partir da Base da Pirâmide (BoP) para a BoP e para outros mercados, sejam locais, regionais, nacionais ou internacionais. Se isto ocorrer de fato, contribuirá para promover a convergência de ideias e ações entre empresas e as populações em geral. Portanto, essa proposta (BoP 3.0) defendida por Sato (2013) demonstrou que o tipo de negócio praticado pelo RECA produz efeitos diretos – sociais e econômicos, ecológicos – comercialização de produtos com certificações ecológicas, e também, efeitos indiretos que estimula o crescimento local, pelo uso de recursos raros e inimitáveis e tecnologias sustentáveis que agregam valor aos produtos e permitem a introdução de novos produtos ou processos, com base nos princípios sustentáveis.

Tais resultados permitem afirmar que o sistema de produção estudado é resultado de uma articulação do uso de recursos coletivos (da organização) e individuais (de cada produtor) que tem características de inovação orientada para sustentabilidade de forma interativa e não linear, ou seja, é um modelo social de trabalho rentável, baseado a preservação e uso dos recursos naturais (PFNM) que pode ajudar a manter a biodiversidade amazônica de maneira sustentável.

Considerações Finais

Este artigo analisou como os recursos intangíveis da experiência de inovação social RECA influenciou o desenvolvimento sustentável na Amazônia e por meio das entrevistas realizadas e das observações realizadas *in loco* foi possível constatar que a filosofia e as práticas adotadas pode ser explicado pela NRBV, à medida que o aspecto da sustentabilidade ambiental, econômica

e social está presente no modelo de negócios da organização. Aspectos como a satisfação das necessidades dos homens *versus* a proteção da natureza foram encontrados nos documentos oficiais da entidade, bem como em sua forma de organização, aprendizagem, comercialização e distribuição das riquezas entre os envolvidos no projeto.

Decorrente disso, as escalas de espaço refletidas na importância dada à resolução dos problemas particulares e locais e no nível de consideração dos interesses daqueles atores cuja esfera de atuação, estende-se bem além do espaço local, peso dado à busca de um “bem coletivo”, ultrapassa a consideração das necessidades das populações locais e alcança à busca da construção de um mundo melhor para os homens. Entre as escalas de tempo, representada pela resposta aos problemas imediatos; sem deixar-se de considerar questões que se inserem numa perspectiva de longo prazo, são debatidos de forma permanente pelos associados, que projetam em suas falas importante nível de comprometimento e paixão pelo projeto RECA.

Do ponto de vista das contribuições desta pesquisa, tanto para o avanço do conhecimento como para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, pode-se citar que ela oferece subsídios para políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida das comunidades da BoP que tem acesso a PFNMs. Além disso, apresenta subsídios para políticas que visam minimizar o êxodo rural, avançando rumo ao desenvolvimento inclusivo de uma região. E por fim, no campo do conhecimento, estudar a RBV na perspectiva de negócios sociais, é apresentar uma nova forma de gerir um negócio social, baseando-se na gestão integrada e compartilhada (associação + cooperativa) com vistas a resolver o problema dos pobres.

O estudo apresenta limitações relacionadas ao conhecimento e à própria interpretação dos indivíduos investigados sobre a realidade em que vivem no projeto RECA, cujas percepções são captadas e descritas nesta pesquisa. Soma-se a isso às observações limitadas realizadas pelo pesquisador que podem não corresponder à verdade absoluta de todas as experiências no projeto. Para futuras pesquisas, recomenda-se estudos que possam realizar maior circularização de informações junto a fontes externas, como os fornecedores e empresas que se utilizam da produção da comunidade RECA, a fim de aprofundar-se na questão da sustentabilidade econômica, e dessa forma, investigar se as empresas não estão direcionando os associados para uma condição de dependência, de tal forma que não poderiam manter o projeto por suas próprias capacidades.

Referências

AFONSO, J. R. R. Finanças públicas verde no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 143-159, 2017.

ARRUDA, J. C. *et al.* Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 2, p. 315-329, 2018.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S.; ROSEMBERG, M. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BARROS, R. A.; ANDRADE, E.O.; VASCONCELOS, A. C. F.; CÂNDIDO, G. A. Práticas de sustentabilidade empresarial no APL calçadista de Campina Grande–PB: um estudo de caso. **Revista Gestão Industrial**, v. 6, n. 1, p. 157-177, 2010.
- BECKER, B. K. **A Amazônia Pós Eco-92: por um desenvolvimento regional sustentável**. In: Bursztyn, M. (org). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BIZZO, E; DE FARIAS, A. L. A. Priorização de municípios para prevenção, monitoramento e controle de desmatamento na Amazônia: uma contribuição à avaliação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 42, p. 135-159, 2017.
- BOBBY, B. S. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, p. 143-180, 2003.
- BOSE, M. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. 2012. 198 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, USP, 2012.
- CANEQUE, F. C.; HART, S. L. **Base of the pyramid 3.0: Sustainable development through innovation and entrepreneurship**. Routledge, 2017.
- CAPLOWITZ, D. **The poor pay more**. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação, economia e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELO, T. B *et al.* Governos e mudanças nas políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 28, p. 125-148, 2018.
- CHENG, C. Y.; FET, A. M.; HOLMEN, E. Using a hexagonal balanced scorecard approach to integrate corporate sustainability into strategy. In: **Proceedings for the 16th International Sustainable Development Research Conference**, 2010.
- CIPRIAN, G. G *et al.* From visible to hidden intangible assets. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 62, p. 682-688, 2012.
- COSTA, G. B. **Permanência de práticas tradicionais em reservas extrativistas no estado de Rondônia**. 2012. 2013 f. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

DA SILVA SATO, S. A.; PEDROZO, E. Á. Os Recursos Naturais Amazônicos: de uma competitividade sustentável para uma sustentabilidade competitiva. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 4, n. 3, p. 170-290, 2017.

DAVIDSON, E. A *et al.* The Amazon basin in transition. **Nature**, v. 481, n. 7381, p. 321-328, 2012.

DE ARRUDA ALMEIDA, J.; BRANDÃO, S. V.; DE ARAÚJO PEDROSA, F. J. A agenda ambiental na administração pública (A3P) versus políticas socioambientais no Brasil: caracterização e desafios. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 1, p. 236-254, 2017.

DE ASSIS COSTA, F. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 1, p. 35-86, 2009.

DE CARVALHO, A. P.; MONZONI, M. Sustentabilidade: só um modismo? **GV Executivo**, v. 9, n. 1, p. 44-47, 2010.

DE MENEZES, M. C.; VELOSO, T. C. Y.; CLÁUDIO, N. G. P. T. Uso dos recursos naturais em comunidade extrativista na Resex verde para sempre: resistência tardia à apropriação de empresas? **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2018.

DE MIRANDA, R. L. *et al.* Sustentabilidade das Empresas do Setor de Materiais Básicos do Brasil. **Vivências**, v. 16, n. 31, p. 289-314, 2020.

DE SOUZA PAES, D. A.; SILVA, T. N. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: em busca de uma adequação teórica. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 8, n. 3, p. 407-423, 2017.

DE TOLEDO, P. M *et al.* Development paradigms contributing to the transformation of the Brazilian Amazon: do people matter? **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26, p. 77-83, 2017.

DESWANTO, R. B.; SIREGAR, S. V. The associations between environmental disclosures with financial performance, environmental performance, and firm value. **Social Responsibility Journal**, v. 14, n. 1, p. 180-193, 2018.

ELKINGTON, J. *Canibais com Garfo e Faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.

FARNSWORTH, N. R *et al.* Las plantas medicinales en la terapéutica. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana (OSP)**, v. 107, n. 4, p. 314-329, 1989.

FEIL, A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape. BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

- FERREIRA, F. N *et al.* Concessões florestais na amazônia: investigação de conformidades legais. **Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**, UFAM, Manaus, EDUA, 5, 2018.
- FERREIRA, M. D. P.; COELHO, A. B. Desmatamento Recente nos Estados da Amazônia Legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 91-108, 2015.
- FERREIRA, S. M. P.; BASTOS, P. P. Z. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional**: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), 2016. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php>. Acesso em: 07 jun, 2020.
- FOSS, K.; FOSS, N. J. Resources and transaction costs: how property rights economics furthers the resource based view. **Strategic Management Journal**, v. 26, n. 6, p. 541-553, 2005.
- FREITAS, J. S et al. Reservas extrativistas sem extrativismo: uma tendência em curso na Amazônia?. **Revista de Gestão social e ambiental**, v. 12, n. 1, p. 56-72, 2018.
- GIGET, M. Technology, innovation and strategy: recent developments. **International Journal of Technology Management**, v. 14, n. 6-8, p. 613-634, 1997.
- GRANT, R. M. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. **California Management Review**, v. 33, n. 3, p. 114-135, 1991.
- HALL, R. The strategic analysis of intangible resources. **Strategic Management Journal**, v.13, n. 2, p. 135-144, 1992.
- HARLOW, J.; GOLUB, A.; ALLENBY, B. A review of utopian themes in sustainable development discourse. **Sustainable Development**, v. 21, n. 4, p. 270-280, 2013.
- HART, S. L. A natural-resource-based view of the firm. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995.
- HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- HART, S. L. Taking the green leap to the base of the pyramid. In: LONDON, S. L; HART, S. L. **Next Generation Business Strategies for the base of the Pyramid**. New Approaches for Building Mutual Value. New Jersey: Pearson Education, 2011.
- HILL, R. P.; STEPHENS, D. L. Impoverished consumers and consumer behavior: the case of AFDC mothers. **Journal of Macromarketing**, v. 17, n. 2, p. 32-48, 1997.
- HUETING, R. Why environmental sustainability can most probably not be attained with growing production. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, n. 6, p. 525-530, 2010.

IDRIS, F *et al.* Integrating resource-based view and stakeholder theory in developing the Malaysian excellence model: a conceptual framework. **Singapore Management Review**, v. 25, n. 2, p. 91-110, 2003.

JACINTO, F. Amazônia... A ira dos poderosos. Ricardo Smith, 2016. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 969-971, 2017.

JONES-CHRISTENSEN, L.; SIENSEM, E.; BALASUBRAMANIAN, S. Consumer behavior change at the base of the pyramid: bridging the gap between for-profit and social responsibility strategies. **Strategic Management Journal**, v. 36, n. 2, p. 307-317, 2015.

KHANNA, T.; YAFEH, Y. Business groups in emerging markets: paragons or parasites? **Journal of Economic Literature**, v. 45, n. 2, p. 331-372, 2007.

LEANDRO, L. A *et al.* O futuro da gestão socioambiental: uma análise crítica sobre a crise ambiental brasileira. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 144-162, 2015.

LEE, K.H.; SAEN, R.F. Measuring corporate sustainability management: A data envelopment analysis approach. **International Journal of Production Economics**, v. 140, n. 1, p. 219-226, 2012.

LOBÃO, M. S. P.; DE LIMA, C. C.; STADUTO, J. A. R. Análise ambiental na Amazônia brasileira: o caso da região norte do Brasil a partir dos anos 2000. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 10, n. 1, p. 59-82, 2018.

LONDON, T.; HART, S. L. **Next generation business strategies for the base of the pyramid. New approaches for building mutual value.** New Jersey: Pearson Education, 2011.

MACOHON, E. R.; PICCOLI, M. R.; DA SILVA, T. P. Análise da evidência da criação e distribuição da riqueza das empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 16, n. 1, p. 25-42, 2018.

MARSHALL, S.; BROWN, D. The strategy of sustainability: a systems perspective on environmental initiatives. **California Management Review**, v. 46, n. 1, p. 100-126, 2003.

MELLO, N. G. R.; ARTAXO, P. Evolution of the action plan for prevention and control of deforestation in the Brazilian Amazon. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, p. 108-129, 2017.

MORÁN, E. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MUNCK, L.; MUNCK, M. G. M.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustentabilidade organizacional: a proposição de uma framework representativa do agir competente para seu acontecimento. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, p. 147-158, 2011.

SCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

PAIVA, Y. R. Y.; BAPTISTA, G. M. M. Avaliação da cobertura florestal em assentamentos rurais e terras indígenas na Amazônia legal em 2015, por meio de imagens orbitais do Satélite LANDSAT-8 OLI. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 69, n. 7, p. 1427-1445, 2017.

PAS. **Plano Amazônia Sustentável**: Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf. Acesso em: 25 jun.2020.

PENROSE, E. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas: UNICAMP, 1959.

PIMENTEL, C. *et al.* Superexploração da força de trabalho e previdência social na amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 2, p. 651-667, 2016.

PIRAUX, M.; RAPIAU, J.; TIMONE, E. Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 57-70, 2017.

PITANGA, A. F. O enfrentamento da crise socioambiental: Um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 1, p. 158-171, 2015.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide**: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PRAHALAD, C. K.; HAMMOND, A. Serving the world's poor, profitability. **Harvard Business Review**, v. 80, n. 9, p. 48-57, 2002.

PRAHALAD, C. K.; HART, S. L. The fortune at the bottom of the pyramid. **Strategy and Business**, n. 26, p. 1-14, 2002.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; DA CUNHA LANA, P. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 47, p. 275-289, 2018.

REES, J. **Natural resources**: allocation, economics and policy. London: Routledge, 2017.

ROBOREDO, D. *et al.* Clusterização de sistemas de manejos e a construção de indicadores de sustentabilidade utilizando a metodologia MESMIS no território Portal da Amazônia. **O Espaço Geográfico em Análise**, v. 43, p. 23-42, 2018.

ROCHA, A.; SILVA, J. F. Inclusão social e marketing na base da pirâmide: uma agenda de pesquisa. **Rae-Eletrônica**, v. 7, n. 2, p. 1-24, 2008.

ROMERO, C. **Economía de los recursos ambientales y naturales**. Madrid: Alianza, 1997.

SATO, S. A. S. **Desenvolvimento sustentável para a base da pirâmide (BOP) baseado em recursos naturais renováveis amazônicos (PFNMs): o caso RECA.** 2013. 314 f. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre-RS, 2013.

SHANLEY, P.; PIERCE, A.; LAIRD, S. **Além da Madeira:** a certificação de produtos florestais não-madeireiros. Indonésia: Center for International Forestry Research, 2005.

SHEPHERD, D. A.; PATZELT, H. The new field of sustainable entrepreneurship: Studying entrepreneurial action linking “what is to be sustained” with “what is to be developed”. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 35, n. 1, p. 137-163, 2011.

SIMANIS, E. **The Base of the Pyramid Protocol:** Toward Next Generation BoP Strategy, 2008.

SOUSA, D. R. N.; LELES, R. O. M. Conflitos e Desafios de populações tradicionais na Amazônia brasileira: o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Mundo Agrário**, v. 18, n. 38, 2017.

TATE, W. L.; BALS, L. Achieving shared triple bottom line (TBL) value creation: toward a social resource-based view (SRBV) of the firm. **Journal of Business Ethics**, v. 152, n. 3, p. 803-826, 2016.

VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Evolving to a new dominant logic for marketing. **Journal of Marketing**, v. 68, n. 1, p. 1-17, 2004.

WILLIAMS, C. C.; WINDEBANK, J. Acquiring goods and services in lower income populations: an evaluation of consumer behaviour and preferences. **International Journal of Retail & Distribution Management**, 2001.

YOLLES, M.; FINK, G. The sustainability of sustainability. **Business Systems Review**, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.

ZUPELARI, M. F. Z.; WICK, M. A. L. A incerteza do futuro e a questão ambiental na contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, v. 15, n. 3, p. 447-456, 2016.